

ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 14h00min, foi
2 realizada à Rua São Bento nº 405, Edifício Martinelli, 15º Andar, Sala 154 - Auditório, a
3 **81ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**, com
4 transmissão ao vivo via YouTube, conforme a Portaria nº 17 complementada pela
5 Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta da reunião: 1.** Comunicações gerais; **2.**
6 Apresentação Síntese do Texto Base da 6ª Conferência Nacional das Cidades –
7 Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades
8 inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social; **3.** Apresentação do
9 cronograma das Etapas Municipal, Estadual e Nacional; **4.** Relato dos trabalhos
10 realizados no Grupo de Trabalho sobre a convocatória da etapa Municipal da 6ª
11 Conferência das Cidades e definição dos procedimentos e critérios para a indicação dos
12 membros da Comissão Organizadora da Etapa Municipal; **5.** Deliberação sobre a Minuta
13 de Resolução - convocatória do CMPU para a realização da 8ª Conferência Municipal da
14 Cidade de São Paulo – etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades; 01)
15 A Presidente, Elisabete França, iniciou a reunião às 14h30min, cumprimentando as
16 Conselheiras e os Conselheiros, seguido pelas Comunicações Gerais: ciência do Título
17 de nomeação 206, de 05 de abril de 2024 da senhora ELISABETE FRANÇA, para
18 exercer o cargo de Secretária Municipal da Secretaria Municipal de Urbanismo e
19 Licenciamento; posse aos representantes do Conselho Municipal de Transporte e
20 Trânsito - CMTT, senhores Eduardo Lorenzon Junior (titular) e Francisco Antonio
21 Camurça de Carvalho (suplente), nomeados pela Portaria SGM 40, de 21 de março de
22 2024 (D.O.C. 22/02/2024); posse do conselheiro da Companhia Metropolitana de
23 Habitação de São Paulo - COHAB, senhor Henrique Lopes Peres (suplente) e dos
24 conselheiros da Subprefeitura Macrorregião Centro, senhor Gustavo Lucida Paternostro
25 (titular) e Jéssica Fernanda Ruy (suplente), nomeados pela Portaria SGM nº 53/2024, de
26 04 de abril de 2024 (D.O.C. 05/04/2024); 02) Durante as comunicações gerais o
27 Conselheiro titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2,
28 Francisco João Moreirão de Magalhães, apresentou uma questão de ordem, solicitando
29 que sua fala fosse registrada fez uma ponderação e solicitou que fosse registrado no
30 extrato da Ata sua fala: eu acho que a gente está começando as reuniões presenciais do
31 jeito errado, nós temos uma mesa de autoridades que não são autoridades em relação a
32 nós, nós somos autoridade, inclusive eleitas. Então eu acho que quero registrar, que não
33 estou nem falando que está assim diagonal e tal, isso é besteira, eu estou falando o
34 seguinte, não existe autoridade nesta mesa superior à nossa autoridade, nós fomos
35 eleitos para representar a sociedade, não fomos indicados por padrinho político, certo,
36 então, mas reconhecemos a função de cada servidor. Então, eu quero que se faça
37 registrar, porque senão daqui a pouco vai indo, vai crescendo e daqui a pouco nós
38 viremos aqui apenas para assistir aquilo que nós deveríamos estar debatendo, e que



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

esse é um problema, que nas reuniões online ficávamos todos na tela, não dava para perceber isso, mas nas reuniões presenciais é importante que se tenha claro que não tem absolutamente nenhuma autoridade aqui nesta sala superior a outro que não fosse autoridade. Obrigado; A Presidente resolveu a questão de ordem apresentada pelo Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, esclarecendo que a fala seria registrada e que para a próxima reunião o espaço seria reorganizado; 03) Em sequência a pauta, foi feita pela Assessoria de Participação da SMUL, senhora Patricia Saran e senhor Ricardo Nagliati Toppan, a apresentação dos itens; em sequência, fez uso da palavra a Sra. Patrícia Saran, Assessora de Participação Social, a qual informou que coordena as atividades participativas no âmbito da SMUL, apresentando também o Sr. Ricardo Nagliati Toppan, membro de sua equipe, que esteve presente para colaborar na leitura e explicações da pauta, destacando estar levemente afônico por participar ativamente do desenvolvimento dos trabalhos; com a palavra, a Sra. Patrícia informou que seriam apresentadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério das Cidades referentes à realização da Conferência Municipal, destacando que o processo ocorrerá em três etapas: a Conferência Municipal, que subsidiará a Conferência Estadual, a qual, por sua vez, servirá de base para a Conferência Nacional, sendo esta o resultado consolidado de todo o processo; afirmou que todas as etapas ocorrerão ainda no ano corrente, conforme detalhado posteriormente no cronograma; ressaltou que o objetivo das conferências é contribuir para o desenvolvimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; em seguida, passou a palavra ao Sr. Ricardo Nagliati Toppan, também da Assessoria de Participação, para apresentação do conteúdo do texto-base do Ministério das Cidades, bem como das Portarias Estadual e Nacional que regulamentam e orientam a realização das respectivas conferências; em seguida, com a palavra, o Sr. Ricardo Nagliati Toppan, cumprimentou os presentes e informou que faria uma breve apresentação do texto-base emitido pelo Ministério das Cidades, o qual apresenta, de forma resumida, os princípios e algumas diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), sua estrutura e uma reflexão destinada às conferências municipais, estaduais e à Conferência Nacional das Cidades; destacou que o Ministério também publicou a Portaria com o regimento da conferência, contendo diretrizes para os regimentos das conferências regionais e municipais; o texto traz desafios e finaliza com uma reflexão voltada às conferências; explicou que a PNDU é o conjunto de ações promovidas no campo do desenvolvimento urbano, com dois objetivos principais: promover transformações urbanísticas estruturais e implementar políticas de urbanização orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade; frisou que a PNDU deve ser implementada por todos os entes da federação, visando à criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano integrado; em sequência, informou que o tema da conferência nacional será "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Caminhos para Cidades Inclusivas, Democráticas, Sustentáveis e com Justiça Social"; mencionou a publicação da Portaria do Ministério das Cidades n.º 175, de 28/02/2024, que aprova o regimento e convoca a Conferência Nacional; relatou que o texto-base trata de temas como justiça climática, transformação



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

81 digital, demográfica, equidade e justiça socioterritorial, espaços públicos inclusivos,
82 mobilidade sustentável, saneamento ambiental e moradia de qualidade; ressaltou que o
83 objetivo geral da política é a redução das desigualdades regionais e urbanas, bem como
84 a promoção da justiça climática e socioespacial com controle social; destacou que a
85 PNDU deve promover a aplicação dos instrumentos que visam à realização da função
86 social da cidade e da propriedade, conforme o Estatuto da Cidade; complementando,
87 pontuou que uma das diretrizes da política é a realização de campanhas para o
88 aprimoramento e revisão dos Planos Diretores Participativos, bem como a capacitação
89 de técnicos e gestores locais; mencionou a necessidade de reconhecimento das
90 dimensões de gênero, raça, etnia e culturas no território e a consideração das demandas
91 oriundas de lutas sociais e identitárias; frisou a importância da integração intersetorial
92 entre urbanização, infraestrutura, gestão de risco, melhorias habitacionais, mobilidade,
93 serviços sociais e ambientais, promovendo intervenções articuladas com ampla
94 participação social; indicou que tais ações devem ser construídas a partir de
95 diagnósticos e processos de cogestão, promovendo a continuidade para além das etapas
96 da conferência; sugeriu a criação de uma instância interministerial de políticas públicas a
97 partir dos territórios periféricos; em continuidade, informou que as diretrizes estão
98 alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Urbano Sustentável, que incluem direito à
99 cidade, segurança, localização adequada, integração com a natureza, prosperidade
100 econômica inclusiva, cidades inteligentes, patrimônio cultural, espaços acolhedores,
101 justiça intergeracional e participação democrática; acrescentou que a Conferência
102 Nacional das Cidades propõe considerar as dimensões social, ambiental e econômica na
103 proposição de políticas urbanas sustentáveis; prosseguindo, explicou que a estrutura
104 das diretrizes específicas está dividida em três eixos: setores urbanos principais
105 (habitação, saneamento e mobilidade), gestão estratégica e financiamento, e temas
106 transversais; esses eixos compõem a matriz da Política Nacional de Desenvolvimento
107 Urbano; no final do documento, são apresentadas 11 perguntas que provocam reflexão
108 para as conferências, com temas como problemas urbanos, potencialidades dos
109 territórios, espaços públicos, violência simbólica, localização da habitação de interesse
110 social, áreas de risco, conselhos municipais, participação social, conflitos territoriais,
111 prioridades da política municipal e inclusão social; em seguida, apresentou o trecho final
112 do texto-base, reforçando o convite à reflexão sobre o papel da cidade e seus desafios,
113 ressaltando a importância de promover cidades generosas, inclusivas e cuidadoras;
114 concluiu destacando os objetivos da 6ª Conferência Nacional das Cidades: promover
115 interlocução entre entes federativos e sociedade civil, mobilizar agendas e planos de
116 ação, assegurar participação popular na formulação de proposições e avaliações da
117 PNDU, e estimular a organização de conferências como instrumento da gestão
118 democrática; na sequência, informou os prazos definidos: etapa municipal de 15 de abril
119 a 30 de junho, com recomendação estadual para realização até 20 de junho; etapa
120 estadual entre 1º de junho e 15 de setembro, já prevista para 5 de julho; etapa nacional
121 ocorrerá em 2024, com data a definir pelo ConCidades; esclareceu que a convocatória
122 da conferência municipal deve ocorrer entre 15 de março e 15 de abril, por ato oficial e



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

123 ampla divulgação, sendo etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional; por fim,
124 abordou as competências da comissão organizadora municipal, destacando: elaboração
125 do regimento interno, planejamento da infraestrutura, mobilização da sociedade civil e
126 poder público, elaboração do relatório final e preenchimento de formulário conforme o
127 regimento; a comissão pode ainda criar subcomissões temáticas para viabilizar a
128 organização do evento; afirmou que, na ausência do Conselho Municipal da Cidade
129 (CMPU), o Poder Executivo poderá convocar a conferência até 15 de maio; após essa
130 data, outras entidades podem realizar a convocação até 15 de junho; a conferência
131 municipal da capital deve ter duração mínima de 12 horas (excluindo cerimônia de
132 abertura), e 8 horas nos demais municípios; a composição dos delegados e da comissão
133 organizadora deverá respeitar a seguinte proporção: 42,3% gestores públicos, 26,7%
134 movimentos populares, 9,9% trabalhadores via sindicatos, 9,9% empresários ligados ao
135 desenvolvimento urbano, 7% entidades profissionais, acadêmicas ou conselhos, e 4,2%
136 ONGs com atuação urbana; somente os delegados terão direito a voz e voto na
137 conferência nacional; além deles, poderão participar como convidados, expositores e
138 observadores; os critérios para eleição dos delegados nacionais serão definidos pelos
139 regimentos estaduais; a realização da conferência estadual é condição indispensável
140 para participação na etapa nacional; o relatório final da etapa municipal deverá ser
141 enviado à comissão estadual em até 10 dias após a conferência, conforme modelo da
142 coordenação executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades; com a palavra, a Sra.
143 Patrícia Saran agradeceu e reassumiu a condução dos trabalhos, iniciando a exposição
144 sobre o cronograma, ainda que parte dele já houvesse sido apresentada na síntese do
145 regimento, a qual abordava as etapas previstas; de forma sucinta, informou os prazos
146 para realização das conferências nas esferas federal, estadual e municipal, destacando
147 que até o dia 30 de junho todas as cidades do país deverão concluir os trabalhos de
148 desenvolvimento de suas conferências; ressaltou que o Governo do Estado recomendou
149 que os municípios paulistas realizem suas conferências até o dia 20 de junho, tendo em
150 vista que a conferência estadual está agendada para o início do mês de julho, ocasião
151 em que os relatórios municipais deverão estar consolidados; informou que as
152 conferências estaduais ocorrerão entre os dias 1º de julho e 15 de setembro; finalizada
153 essa etapa, os estados sistematizarão suas informações e as encaminharão ao Governo
154 Federal, que já sinalizou a realização da conferência nacional no mês de novembro, em
155 data a ser definida; em seguida, informou que trataria sobre o Grupo de Trabalho
156 instituído pelo Centro; com a palavra, o Sr. José André de Araujo, Titular representante
157 da Associação de Bairro 4 (UMPMA), cumprimentou os presentes e apresentou
158 observação quanto ao cronograma exposto anteriormente; ressaltou que não se deve
159 trabalhar com a hipótese máxima de prazo, tendo em vista a existência de eventual fase
160 recursal relacionada à conferência municipal; destacou que o período para recursos ou
161 impugnações pode ser de até 20 dias, o que exige margem de tempo mais ampla para
162 garantir a segurança e a regularidade do processo; recomendou, portanto, que o
163 cronograma seja ajustado considerando essa possibilidade, a fim de assegurar o
164 cumprimento adequado das etapas; concluiu solicitando que tal recomendação fosse



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

165 considerada pelos demais conselheiros; com a palavra, a Sra. Sandra Ramalhos, Titular
166 representante das Entidades Religiosas (MITRA), solicitou esclarecimento quanto à
167 origem do texto apresentado, indagando se o mesmo havia sido produzido pela equipe
168 local ou se já fora recebido em seu formato atual; referiu-se especificamente à questão
169 4 exibida nos slides, sugerindo que fosse acrescida a menção às pessoas com
170 deficiência, caso fosse possível, considerando a importância da inclusão deste grupo no
171 conteúdo abordado; em seguida, com a palavra, a Sra. Patrícia Saran esclareceu que o
172 texto apresentado é de autoria do Governo Federal, estando disponível no link oficial do
173 Ministério das Cidades; explicou que a apresentação tratava-se de uma representação
174 do conteúdo do texto-base, que estabelece diretrizes para as discussões; informou que
175 a comissão organizadora, a ser formada, terá a prerrogativa de organizar a conferência,
176 selecionar, aprimorar ou até desenvolver outras questões a serem debatidas na
177 Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, inclusive em relação aos prazos
178 mencionados anteriormente; destacou que o texto base, constante na portaria do
179 Ministério das Cidades, foi sintetizado para conhecimento dos conselheiros e servirá de
180 base para os trabalhos a serem desenvolvidos na etapa estadual; finalizou afirmando
181 que tanto a solicitação feita pela Sra. Sandra Ramalhos quanto a observação do Sr.
182 José André de Araujo já serão incorporadas às discussões da Conferência Municipal de
183 São Paulo; com a palavra, o Sr. Benedito Roberto Barbosa, Titular representante do
184 Movimento de Moradia 1 (UMM), apresentou-se como Dito e estendeu cumprimentos à
185 Sra. Beth França; ao comentar a manifestação da Sra. Sandra Ramalhos, afirmou ser
186 possível, no âmbito da comissão preparatória, desenvolver um novo texto base, desde
187 que respeitados os princípios estabelecidos no texto nacional; acrescentou que também
188 poderá haver apresentação de emendas e aditamentos ao texto, ressaltando a
189 importância de que a comissão preparatória tenha plenas condições para elaborar um
190 conteúdo com a identidade do município de São Paulo, de modo a consolidar propostas
191 próprias na conferência estadual e, posteriormente, na conferência nacional; em
192 seguida, com a palavra, a Sra. Patrícia Saran confirmou a fala anterior e ressaltou que o
193 Ministério das Cidades elaborou o texto base considerando a realidade de mais de cinco
194 mil municípios brasileiros; destacou, entretanto, que a Cidade de São Paulo representa
195 uma grande exceção, sendo única no contexto nacional e latino-americano, o que
196 demanda complementações ao conteúdo nacional; enfatizou que a comissão
197 organizadora e a conferência local terão o papel de avançar além do previsto no texto
198 base, servindo como referência para outras cidades e estados; reforçou a importância de
199 aprimorar o material proposto, lembrando que o texto base serve como ponto de
200 partida para todas as cidades do país, sendo que São Paulo já possui um grau de
201 desenvolvimento mais avançado; na sequência, informou que daria continuidade à
202 apresentação, reiterando os prazos estabelecidos na portaria do Ministério das Cidades
203 e pontuando que todas as etapas serão conduzidas com atenção às exigências legais e
204 eventuais impugnações; por fim, anunciou que trataria dos trabalhos realizados pelo
205 Grupo de Trabalho formado no âmbito do CMPU, com o objetivo de dar seguimento à
206 agenda, constituir a comissão organizadora e desenvolver os trabalhos da conferência;



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

207 com a palavra, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Secretária Executiva da SMUL,
208 informou que, em um primeiro momento, foi realizada a mesma apresentação do texto
209 base com o objetivo de alinhamento e entendimento entre todos os presentes;
210 aproveitou para se apresentar e contextualizar os conselheiros, especialmente aqueles
211 empossados na presente data, sobre a origem do Grupo de Trabalho mencionado
212 anteriormente pela Sra. Patrícia Saran; esclareceu que o referido GT foi formado na
213 última reunião do CMPU, ocasião em que seus membros foram nomeados; relatou que
214 uma primeira reunião já foi realizada, na qual ocorreram discussões preliminares, sendo
215 esse o trabalho que a Sra. Patrícia irá relatar a seguir; explicou que a proposição do
216 grupo de trabalho teve como objetivo sugerir a pauta discutida na presente reunião e
217 apresentar opções para a formação da comissão organizadora; finalizou agradecendo à
218 Sra. Patrícia; com a palavra, a Sra. Patrícia Saran relatou as discussões realizadas no
219 âmbito do Grupo de Trabalho quanto às diretrizes do Ministério das Cidades para a
220 realização da conferência municipal; destacou a importância da convocação ser feita
221 com a atribuição do CMPU, em conjunto com o Prefeito da Cidade, que apoia e endossa
222 a realização do evento; explicou que o grupo debateu a forma de composição da
223 comissão organizadora, sendo que o Ministério das Cidades, por meio de seu regimento
224 interno, estabelece diretrizes e regimentos baseados em segmentos representativos da
225 sociedade; em seguida, informou que o GT discutiu dois caminhos possíveis para eleição
226 dos membros da comissão organizadora: o primeiro, inspirado no modelo adotado pelo
227 Estado, consistiria na realização de uma assembleia com participação de todos os
228 segmentos, que, em um período inicial, discutiriam internamente e definiriam seus
229 representantes e, na parte da tarde, construiriam coletivamente o regimento interno da
230 conferência; o segundo caminho consistiria em realizar as indicações no próprio âmbito
231 do CMPU, considerando que a Cidade de São Paulo possui este conselho em
232 funcionamento, diferentemente do Estado, que conta apenas com conselhos
233 intermunicipais ou outros órgãos; prosseguindo, informou que o GT ficou dividido
234 quanto ao encaminhamento ideal, motivo pelo qual entendeu ser adequado trazer a
235 deliberação para o pleno do conselho, para que fosse decidida em reunião se as
236 indicações para a comissão organizadora seriam feitas por meio de uma assembleia
237 ampla e aberta ou diretamente no CMPU, por indicação dos conselheiros, tendo em
238 vista que todos os segmentos estão ali representados, exceto pela ausência de dois
239 representantes do segmento sindical; na sequência, mencionou uma segunda questão
240 abordada pelo GT: a composição da comissão organizadora em termos numéricos;
241 esclareceu que o grupo entendeu que o número de integrantes deveria seguir o
242 quantitativo definido na portaria estadual, que traduz os percentuais estabelecidos pelo
243 Ministério das Cidades em número absoluto de representantes; relatou que houve
244 debates e questionamentos quanto a esses percentuais, mas prevaleceu o
245 entendimento majoritário de que se deveria manter a composição de 25 titulares e 25
246 suplentes, considerando que essas pessoas são as responsáveis por viabilizar a
247 realização da conferência, que, por sua vez, contará com participação ampla da
248 sociedade; por fim, destacou que se trata de um grupo de trabalho com tarefas intensas



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

249 e encontros semanais, dada a proximidade do evento; informou que a proposta trazida
250 pelo GT é apresentada para endosso ou questionamento do conselho municipal,
251 incluindo o item anterior referente à forma de indicação dos membros da comissão, se
252 por meio de audiência pública/assembleia ou por deliberação direta em reunião do
253 CMPU; com a palavra, o Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, Titular
254 representante do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, dirigiu
255 questionamento à mesa quanto à composição da comissão organizadora; observou que,
256 entre os diversos segmentos, os representantes da área sindical não se faziam presentes
257 na reunião, tendo verificado a ausência dos crachás correspondentes; diante disso,
258 questionou se, na hipótese de o CMPU deliberar por ser o responsável pela escolha dos
259 membros da comissão, as cadeiras destinadas ao segmento sindical permaneceriam
260 vagas ou se o próprio conjunto do CMPU, representando a sociedade civil, poderia
261 indicar nomes para ocupá-las, conforme permitido em lei; justificou a pergunta
262 apontando que, historicamente, há dificuldade na composição do segmento sindical no
263 CMPU, e, por isso, gostaria de saber se o conselho teria legitimidade para fazer tais
264 indicações em caso de vacância; com a palavra, a Sra. Patrícia Saran retomou uma das
265 discussões ocorridas no Grupo de Trabalho, relacionada à quantidade de vagas
266 destinadas às organizações não governamentais (ONGs); informou que, embora não
267 tenha havido oposição significativa quanto aos demais segmentos, a maioria entendeu
268 que a representação das ONGs era reduzida; explicou que essa distribuição foi definida
269 pelo Governo Federal, conforme o regramento vigente; acrescentou que, diante do
270 questionamento apresentado pelo Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, observa-
271 se que o percentual destinado ao segmento sindical é superior ao das ONGs, apesar de,
272 na prática da política urbana, ser mais frequente a atuação das organizações não
273 governamentais; relatou, com base em sua experiência de dez anos acompanhando
274 atividades participativas, que presencia uma atuação mais efetiva das ONGs do que das
275 entidades sindicais no campo da política urbana; ponderou que, embora o regramento
276 vigente seja federal, é possível levar essa reflexão às mesas de discussão nacionais,
277 propondo uma revisão quanto à representatividade de cada segmento, conforme a
278 realidade da atuação social nos temas de desenvolvimento urbano; em resposta direta
279 ao questionamento do Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, afirmou que, em seu
280 entendimento, o CMPU não poderia indicar pessoas de segmentos distintos daqueles
281 previstos no regramento; no entanto, considerou possível que o conselho indique
282 representantes do próprio segmento sindical, mesmo que estes não integrem
283 atualmente o CMPU; reforçou, porém, que tal entendimento expressa sua opinião
284 pessoal no âmbito da participação social, e que, quanto à indicação de pessoas de
285 outros segmentos, seria incorreto conforme as regras estabelecidas. com a palavra, o Sr.
286 José André de Araújo, Titular representante da Associação dos Moradores do Parque da
287 Mooca (UMPMA), iniciou sua manifestação destacando a presença do Sr. Wilson
288 Adjacense, também representante da mesma associação; em seguida, apresentou
289 observações relativas à Portaria nº 175 do Ministério das Cidades, especificamente ao
290 Artigo 14, mencionando que este estabelece a classificação dos segmentos, mas



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

291 também prevê a possibilidade de formação da comissão organizadora com, pelo menos,
292 três representantes dentre esses segmentos, podendo ocupar espaços vagos caso não
293 haja indicações; esclareceu que tal previsão aplica-se às conferências nacional, estadual
294 e municipal; em sequência, solicitou a disponibilização da lista de conselheiros e
295 suplentes presentes na reunião, ressaltando a importância da publicidade e
296 transparência dos atos do conselho, especialmente considerando que a reunião estava
297 sendo acompanhada por meio da internet, conferindo maior eficácia à sua realização;
298 prosseguindo, relatou que havia realizado consulta prévia a membros da sociedade civil
299 sobre a proposta de composição da comissão organizadora a partir de indicações do
300 CMPU; mencionou que conversou com a Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto,
301 Titular da Associação de Bairro 2 (ASSAMPALBA), e outros representantes, tendo
302 havido acordo prévio para dar celeridade ao processo, optando-se por essa via de
303 indicação interna, considerando o caráter participativo do CMPU, que já é composto por
304 membros eleitos; destacou que, ao contrário da etapa estadual, onde existe um
305 conselho estadual de cidades – cuja composição é inclusive recomendada na Portaria nº
306 175 – a cidade de São Paulo possui o CMPU como instância legítima de participação;
307 defendeu, portanto, que as indicações dos representantes para a comissão organizadora
308 da conferência sejam feitas pelo CMPU; ressaltou ainda a necessidade de oxigenar a
309 composição, propondo que, caso não haja representantes suficientes em determinado
310 segmento, seja aberto um prazo de 10 dias para que os conselheiros possam apresentar
311 indicações, à semelhança do procedimento adotado no Conselho de Transporte Urbano
312 (CTU); justificou a proposta com base na urgência dos trabalhos, considerando a
313 dimensão da cidade de São Paulo e a complexidade dos problemas urbanos a serem
314 enfrentados; finalizou agradecendo a atenção; Com a palavra, o Sr. Benedito Roberto
315 Barbosa, titular representante do Movimento de Moradia 1, relatou que havia dialogado
316 com os companheiros da União dos Movimentos de Moradia, inclusive com o Sr. José
317 André de Araújo, titular da Associação de Moradores do Parque da Mooca (UMPMA), e
318 com a Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto, titular da Associação dos Moradores da
319 Palha (ASSAMPALBA), destacando que sua manifestação representava, até o momento,
320 a posição construída no âmbito dessas conversas; Em seguida, apontou a necessidade
321 de aprofundar o debate sobre a forma de indicação da comissão preparatória da
322 conferência, enfatizando que o CMPU é um conselho que historicamente defende a
323 ampla participação popular; expressou preocupação de que, ao se optar por um acerto
324 interno para definição da representação, esse princípio fundamental fosse
325 comprometido; Defendeu a construção de uma composição que assegure a presença
326 dos conselhos – como os Conselhos Participativos, que poderiam, segundo ele, ficar
327 sem representação na conferência – mas alertou para os riscos de questionamentos
328 futuros quanto à legitimidade da formação da comissão preparatória, caso o processo
329 não seja aberto e transparente; Mencionou ainda a diversidade da cidade de São Paulo e
330 os princípios de representatividade que norteiam o processo conferencial, destacando
331 que há previsão para inclusão de segmentos como o LGBT e o negro, o que reforça a
332 importância de um processo de composição condizente com esses valores; Por fim,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

333 propôs uma construção que combine a representação do CMPU com mecanismos de
334 participação mais amplos, sugerindo um processo convocado publicamente,
335 transparente e acessível à sociedade civil do município, reafirmando essa como sua
336 posição no momento e agradecendo pela escuta; com a palavra, a Titular da Associação
337 de Bairro 2, Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto (ASSAMPALBA), iniciou sua
338 manifestação cumprimentando os presentes e, em seguida, destacou sua satisfação pela
339 menção da Sra. Patrícia Saran acerca do apoio do Prefeito à Conferência das Cidades;
340 ressaltou, entretanto, que tal apoio lhe pareceu tardio, considerando que em 2021,
341 durante a pandemia, este Conselho Municipal de Política Urbana atuou de forma
342 contundente para que a revisão do Plano Diretor não ocorresse naquele momento
343 crítico, sendo que, à época, a proposta da conferência foi desconsiderada pelo Prefeito,
344 que optou por dar prosseguimento ao processo; em sequência, enfatizou que a cidade
345 de São Paulo encontrará dificuldades em responder com sinceridade às perguntas da
346 conferência, uma vez que as revisões do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento foram
347 conduzidas em desacordo com os princípios e diretrizes que norteiam o processo
348 conferencial; destacou ser imprescindível que a Prefeitura se manifeste com lealdade,
349 boa-fé e absoluta transparência perante os administrados, conforme previsto no artigo
350 37 da Constituição Federal; continuando, comentou a respeito da composição da
351 representação no âmbito estadual, apontando que o percentual atribuído ao Poder
352 Público foi arredondado para cima, resultando em 11 representantes desse segmento
353 contra 14 da sociedade civil; lembrou que, em reunião anterior do grupo de trabalho,
354 propôs – e reiterou nesta ocasião – que, em seu entendimento, a proporcionalidade
355 mais adequada seria de 10 representantes do Poder Público e 15 da sociedade civil,
356 uma vez que esta última é a titular do direito à cidade e, portanto, deve ter
357 representação majoritária, conforme o próprio espírito da conferência; por fim, solicitou
358 nova inscrição para leitura de breve nota relacionada ao tema da participação social,
359 dada a pertinência do momento; em seguida, com a palavra, a Titular da Associação de
360 Bairro 2, Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto (ASSAMPALBA), dirigiu-se à Sra.
361 Secretária e aos demais colegas conselheiros para proceder à leitura de nota de repúdio,
362 assinada por diversos conselheiros presentes e ausentes; iniciou relatando que a
363 sociedade civil foi surpreendida na presente data com a divulgação de matéria veiculada
364 no jornal O Estado de São Paulo, sob o título “Plano para Raposo prevê túneis e pedágio
365 no trecho de São Paulo e Cotia”; conforme descrito na matéria, trata-se de projeto de
366 concessão à iniciativa privada de um total de 125 km de rodovias, incluindo o trecho da
367 Rodovia Raposo Tavares entre a capital e o município de Cotia; informou ainda que está
368 em curso consulta pública sobre o tema, sem que tal projeto tenha sido previamente
369 apresentado a este Conselho; destacou que a divulgação da consulta foi precária,
370 realizada unicamente por meio virtual, sem a realização de audiências públicas para
371 conhecimento da população paulistana, e com prazo exíguo para encerramento, previsto
372 para o próximo dia 16 de abril; prosseguiu questionando como um projeto com
373 potencial de impacto significativo no território urbano, que prevê inclusive cobrança de
374 pedágios em área consolidada, pode estar sendo conduzido em ritmo acelerado, em



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

375 desrespeito às diretrizes do Estatuto da Cidade, as quais asseguram o acesso à
376 informação e o controle social desde as fases iniciais do processo; por fim, registrou
377 que, diante do exposto, os conselheiros municipais de política urbana subscritores da
378 nota demandam que o Poder Público, nas esferas municipal e estadual, suspenda o
379 processo em curso, promovendo sua retomada com observância integral às diretrizes
380 legais de participação social e controle democrático; foram mencionados como
381 signatários da nota os seguintes conselheiros: José Nildo Almeida da Silva, Francisco
382 Antônio Camurça de Carvalho, José André de Araújo, Francisco João Moreirão, Maria
383 Laura Fogaça Zey, Maria Elisa Nascimento, Lucila Falcão Pessoa Lacrete, Ivan Carlos,
384 Mario Angeli Nobre, a própria Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto, Elodia Fátima
385 Filipini, Ana Luiza D'Alcinha Aragão, Caio Plesmo, Ana Paula Lima, Durval Nicolau
386 Tabach, Sandra Ramalhoso, Severina Ramos e Benedito Roberto Barbosa; ao final,
387 solicitou que a referida nota fosse registrada no extrato da ata, informando que será
388 devidamente protocolada e encaminhada por e-mail na íntegra; em sequência, com a
389 palavra, o Suplente do Setor Empresarial 4, Sr. Eduardo Della Manna (Fecomércio/SP),
390 dirigiu-se à Sra. Secretária e aos demais presentes, manifestando-se quanto à
391 possibilidade de convergência entre as posições do Titular da Associação de Bairro 4, Sr.
392 José André de Araújo (UMPMA), e do Titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Benedito
393 Roberto Barbosa (UMM); declarou compreender que haveria entendimento comum
394 entre ambos no que se refere à possibilidade de determinadas entidades com assento
395 no CMPU poderem se reorganizar internamente, inclusive para assumir cadeiras
396 atribuídas ao setor sindical; ressaltou que, em sua leitura, tal redistribuição seria viável e
397 até desejável, devendo ser promovida por iniciativa das próprias entidades; por fim, em
398 nome do Setor Empresarial, informou que já foram realizadas as indicações formais para
399 preenchimento das duas cadeiras destinadas ao segmento, sendo elas: Sra. Daniela
400 Ferrari Toscano de Britto, pelo setor industrial (SINDUSCON/SP), e ele próprio, Sr.
401 Eduardo Della Manna, pelo setor comercial (Fecomércio/SP); agradeceu à Secretária e
402 aos demais conselheiros; com a palavra, a Suplente do Conselho Participativo Municipal
403 da Macrorregião Norte 1, Sra. Aytalane Sales de Souza, dirigiu-se à mesa e aos
404 presentes, iniciando com cumprimento geral e esclarecendo que atua como Conselheira
405 Participativa no distrito de Santana-Tucuruvi, onde também exerce a função de
406 coordenadora; relatou que o Conselho encontra-se em situação crítica, com apenas três
407 membros ativos, sendo ela própria, a Sra. Camila, que reassumiu a função de secretária,
408 e a Sra. Neusa; destacou que diversos integrantes foram se desligando, comprometendo
409 a continuidade do trabalho representativo no território; informou que, no mês anterior,
410 em virtude da ausência de quórum, a reunião do Conselho não pôde ser realizada
411 formalmente, limitando-se a abrir a palavra aos munícipes presentes, em respeito à
412 participação popular; diante do exposto, solicitou que se estabeleça algum regulamento
413 ou mecanismo que permita ao Conselho, diante da vacância de membros, convidar a
414 população local e realizar uma pequena eleição para recompor sua representação;
415 finalizou alertando para o risco iminente de inexistência total de representantes no
416 Conselho Participativo da região, agradecendo a atenção de todos; com a palavra, a



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

417 Titular dos Movimentos Ambientalistas 1, Sra. Eloise Torres Amado (CBCS), iniciou sua
418 manifestação identificando-se como representante do Conselho Brasileiro de
419 Construção Sustentável; observou que a representação da entidade não se enquadra
420 como um conselho profissional, mas sim como uma figura distinta, ressaltando a
421 especificidade dessa condição; relatou que, em diálogo prévio com o Suplente do Setor
422 Empresarial 4, Sr. Eduardo Della Manna (Fecomércio/SP), constatou que uma das
423 mudanças significativas no enfoque da atual conferência diz respeito à ampliação da
424 pauta relacionada à sustentabilidade urbana; diante disso, manifestou interesse em
425 colaborar com as discussões e contribuições nesse campo temático, salientando,
426 contudo, incerteza quanto à viabilidade formal da inclusão da entidade nessa
427 configuração específica de representação; concluiu sua fala deixando registrada essa
428 preocupação; em seguida, com a palavra, o Suplente das Entidades Acadêmicas e de
429 Pesquisa 2, Sr. Daniel Todtmann Montandon (UNINOVE), dirigiu-se à Sra. Secretária,
430 cumprimentando-a e desejando-lhe êxito no exercício de suas funções; informou ser
431 representante do segmento universitário e que, apesar de sua presença, os demais pares
432 não puderam comparecer à reunião devido a compromissos acadêmicos,
433 especificamente visitas de campo realizadas na mesma data; diante desse cenário,
434 apresentou sugestão de que, no caso da deliberação relativa à composição da comissão,
435 os segmentos pudessem dispor de um prazo – sugerindo entre cinco e dez dias – para
436 indicar os nomes mais adequados para integrar a referida comissão organizadora;
437 justificou que essa escolha requer considerar a disponibilidade de tempo dos indicados,
438 uma vez que a participação demandará dedicação e presença constante; destacou ainda
439 que, por ora, trata-se da indicação de nomes para compor uma comissão organizadora, e
440 não da eleição de delegados propriamente dita; declarou-se à disposição, caso fosse
441 necessário definir algum nome de imediato, mas reiterou sua preferência por uma
442 definição mais ponderada, dentro de seu segmento, de modo a assegurar maior
443 efetividade na atuação da comissão; finalizou agradecendo a atenção de todos; com a
444 palavra, a Titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Oeste, Sra. Ana
445 Paula Lima, iniciou sua manifestação identificando-se como representante da
446 macrorregião e da área de educação no CPM; relatou que, conforme interpretado a
447 partir da portaria e do material anexo enviado previamente, havia compreendido que a
448 indicação de representantes se daria no dia 19 ou, alternativamente, em assembleia
449 prevista para o dia 22, e não na presente data; destacou que, em reunião recente com o
450 CPM da zona Oeste, foi considerado que a convocação da assembleia no dia 22 seria
451 mais apropriada, desde que realizada com ampla divulgação e assegurando a inscrição
452 de representantes de todos os setores e regiões da cidade; reforçou a importância de
453 considerar o critério da regionalização na escolha das representações, uma vez que cada
454 região da cidade possui características e demandas muito específicas, o que dificulta a
455 representação adequada por entidades de atuação mais abrangente, como as
456 acadêmicas ou técnicas; em seguida, expressou dúvida quanto à atual representação das
457 subprefeituras na macrorregião Oeste, relatando que, conforme a Portaria 397/2021, os
458 nomes indicados anteriormente já não atuam mais nas subprefeituras da Lapa, Pinheiros



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

459 e Butantã; solicitou, portanto, esclarecimentos sobre como está sendo feita atualmente
460 essa representação; justificou a importância da presença de representantes das
461 subprefeituras, relatando que, em reuniões passadas, projetos foram escolhidos em
462 detrimento de outros no âmbito da operação urbana, sendo decisões tomadas no
463 conselho que deveriam ter maior articulação com o território; ressaltou que a função
464 das subprefeituras inclui justamente levar os encaminhamentos discutidos no colegiado
465 para a realidade local; finalizou solicitando oficialmente que seja garantida a
466 representação da macrorregião Oeste por parte das subprefeituras e agradeceu a
467 atenção dos presentes; com a palavra, a Titular do Conselho Participativo Municipal da
468 Macrorregião Sul 2, Sra. Angeli Franco Nobre, iniciou sua manifestação
469 cumprimentando os presentes e identificando-se como representante da região da
470 Capela do Socorro; ressaltou a importância de que este colegiado delibere sobre as
471 indicações pertinentes no presente momento, considerando o pouco tempo disponível e
472 a necessidade de organização autônoma dos próprios conselheiros para definição
473 dessas representações; reforçou que, conforme já mencionado por outro conselheiro,
474 há dificuldades de agenda que impedem a participação plena de todos, mas que o
475 momento exige decisões concretas e tempestivas; alertou que, caso se opte por
476 postergar deliberações para outro momento, corre-se o risco de perda de prazos e
477 comprometimento da participação nos processos; destacou que muitos conselheiros
478 acumulam atribuições em outros colegiados e enfrentam agendas sobrecarregadas,
479 sendo fundamental que a pauta do CMPU seja considerada prioritária; solicitou ainda
480 que as próximas reuniões sejam realizadas presencialmente, ao menos uma ou duas
481 vezes por mês, observando que a modalidade virtual tem prejudicado o engajamento,
482 uma vez que nem todos conseguem acompanhar com atenção adequada, especialmente
483 quando participam em trânsito ou em meio a outras atividades; enfatizou que a
484 construção da sexta conferência demanda atenção, comprometimento e
485 acompanhamento próximo das discussões, de forma que os encaminhamentos possam
486 ser devidamente compartilhados com os demais representantes; finalizou solicitando
487 que os encaminhamentos e deliberações sobre o tema sejam efetivamente definidos no
488 âmbito do CMPU, agradecendo à mesa e aos presentes; com a palavra, o Titular do
489 Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Tabach, iniciou sua
490 manifestação cumprimentando os presentes e declarando sua posição favorável à
491 realização da reunião, em contraponto à proposta de convocação de assembleia;
492 justificou sua posição com base nos argumentos já apresentados, destacando, conforme
493 mencionado pelo Titular da Associação de Bairro 4, Sr. José André de Araújo (UMPMA),
494 que os conselheiros presentes já são representantes legitimamente indicados ou eleitos
495 por seus respectivos segmentos, possuindo, portanto, legitimidade para efetuar a
496 indicação à comissão organizadora; reforçou que a deliberação em questão refere-se à
497 formação da comissão organizadora da conferência, e não à definição dos delegados,
498 sendo esse um ponto fundamental para a compreensão do momento; em função do
499 cronograma extremamente apertado, sugeriu que se estabelecesse um prazo curto – de
500 cerca de uma semana – para que os segmentos pudessem realizar suas indicações de



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

501 forma ágil e objetiva, reforçando proposta semelhante feita pelo Suplente das Entidades
502 Acadêmicas e de Pesquisa 2, Sr. Daniel Todtmann Montandon (UNINOVE); aproveitou o
503 tempo restante para registrar preocupação quanto à recente notícia sobre o concurso
504 para a nova sede do Governo Estadual no centro de São Paulo, tema que, em sua visão,
505 deveria necessariamente ter passado por apreciação deste Conselho Municipal de
506 Política Urbana, dada a magnitude do impacto urbanístico previsto; lamentou que o
507 assunto esteja avançando sem a devida participação do colegiado e sem a ampla
508 discussão que a pauta merece; por fim, sugeriu que as reuniões do CMPU passem a ser
509 realizadas no formato híbrido, o qual considera mais inclusivo tanto do ponto de vista da
510 conveniência dos conselheiros quanto da possibilidade de participação da população;
511 relatou que o Conselho Participativo já tem conseguido implementar tal modelo mesmo
512 com infraestrutura reduzida nas subprefeituras, motivo pelo qual acredita ser
513 plenamente viável também neste âmbito; concluiu agradecendo a atenção de todos;
514 conforme discutido, com a palavra, a Presidente, Sra. Elisabete França, informou que há
515 propostas quanto à definição da instância responsável, sendo uma delas a constituição
516 de comissão e outra a realização de assembleia, destacando que tal deliberação caberia
517 aos conselheiros; em seguida, a Conselheira Titular do segmento Entidades Religiosas,
518 Sra. Sandra Ramalho (MITRA), manifestou haver uma lacuna no documento em
519 discussão, lembrando que este possui caráter nacional e, portanto, não contempla
520 especificidades de metrópoles como São Paulo; em sequência, destacou que a Comissão
521 Organizadora terá autonomia para realizar sugestões ao Ministério das Cidades, o qual
522 certamente compreenderá as complexidades locais; com a palavra, o Conselheiro
523 Suplente do segmento Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2, Sr. Daniel Todtmann
524 Montandon (UNINOVE), reforçou que ainda há debates a serem realizados, os quais
525 devem ser conduzidos pela Comissão Organizadora, que, de forma autônoma, proporá
526 ao Ministério das Cidades as adequações necessárias à realidade paulistana; por fim, a
527 Presidente esclareceu que a definição dos nomes dos representantes será objeto de
528 deliberação nesta reunião; em sequência, com a palavra, a Sra. Patrícia Saran ressaltou
529 que diversas questões foram levantadas e propôs iniciar com um resumo geral;
530 esclareceu que a eleição dos representantes para a Comissão Organizadora trata-se de
531 uma etapa relevante, visto que tal comissão terá grande carga de trabalho, com previsão
532 de encontros semanais, com duração de uma tarde, visando a definição das diretrizes e
533 organização da conferência; destacou que a ampla divulgação e mobilização deverão ser
534 focadas na conferência e na eleição dos delegados, momento em que se pretende
535 assegurar maior representatividade da cidade; em relação ao tempo, defendeu que os
536 nomes sejam definidos com celeridade, priorizando pessoas disponíveis para se dedicar
537 às tarefas, reiterando que a representatividade será ampliada durante a conferência;
538 pontuou que, para a comissão organizadora, não se faz necessária a participação de um
539 número elevado de integrantes, a fim de garantir a efetividade dos trabalhos; sobre as
540 vagas, esclareceu que, embora tenha havido questionamentos sobre a possibilidade de
541 indicações na presente reunião, a convocação não previa tal deliberação, mas sim a
542 definição sobre o formato da escolha, se por assembleia ou por reunião; apontou que o



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

543 grupo se apresentava dividido e sugeriu a realização de votação ou busca de consenso;
544 por fim, ao abordar questionamento do conselheiro Dito, esclareceu que, caso o CMPU
545 opte por realizar as indicações em reunião, não há obrigatoriedade de que os indicados
546 sejam conselheiros nomeados, podendo ser nomeados por suas respectivas entidades;
547 afirmou não haver regra impeditiva nesse sentido, reforçando que o CMPU é instância
548 legítima e empoderada para realizar tais indicações; concluiu destacando a necessidade
549 de optar pelo caminho mais ágil e eficaz, sugerindo que, caso não seja possível definir os
550 nomes na reunião, estes possam ser enviados por e-mail, permitindo que a próxima
551 reunião seja voltada ao endosso das indicações e início efetivo dos trabalhos,
552 considerando o prazo exíguo de um mês para organização da conferência; em seguida,
553 com a palavra, o Conselheiro Suplente do Setor Empresarial 4, Sr. Eduardo Della Manna
554 (FECOMÉRCIO/SP), retomou uma questão considerada relevante, mencionando a fala
555 da arquiteta Louise Amado acerca do protagonismo do tema da sustentabilidade na
556 conferência, destacando que tal enfoque não se fazia presente com a mesma
557 intensidade em edições anteriores; reforçou que a temática ambiental deve, de fato,
558 ocupar lugar de destaque; observou que o CBCS, entidade representada pela referida
559 arquiteta, integra o CMPU justamente por sua natureza como movimento ambientalista,
560 ainda que não esteja contemplado formalmente na composição atual; diante disso,
561 indagou à mesa e aos demais conselheiros sobre a forma como esta questão está sendo
562 considerada, questionando em qual espaço de representação o CBCS poderia se
563 encaixar, dada a relevância crescente da pauta ambiental; em complemento, a Sra.
564 Patrícia Saran reforçou a importância da colocação feita anteriormente, destacando que
565 o movimento citado está diretamente relacionado às questões urbanas; mencionou que
566 o conteúdo da Portaria Estadual nº 008 pode oferecer uma alternativa viável para o
567 caso de ausência de representantes em determinados segmentos, destacando que,
568 conforme o parágrafo terceiro da referida norma, a Comissão Organizadora, uma vez
569 instalada, poderá prever formas de suplementação das representações; propôs que,
570 caso se opte pela realização de reunião do CMPU, cada segmento encaminhe até terça
571 ou quarta-feira as indicações de seus representantes; sugeriu que, em nova reunião na
572 quinta-feira, os nomes possam ser cancelados e, caso persistam lacunas – como, por
573 exemplo, no setor sindical – a comissão seja instaurada e, em sua primeira reunião,
574 defina os meios para complementação; indicou que esta proposta poderá ser avaliada
575 junto ao jurídico, considerando que já foi adotada em nível estadual; destacou a
576 convergência das falas quanto à relevância do tema e à intenção de mobilização;
577 ressaltou que o momento é de recrutamento de entidades e pessoas comprometidas,
578 dispostas a atuar com dedicação semanal; citou a fala do Sr. Daniel Todtmann
579 Montandon (UNINOVE), ao enfatizar que a disponibilidade de tempo é critério
580 essencial; concluiu reiterando que a representatividade ampla será alcançada na eleição
581 dos delegados, sendo este o momento voltado à mobilização de pessoas diretamente
582 envolvidas com as questões da política urbana; apresentou tal proposta como
583 encaminhamento a ser considerado pelo colegiado; em seguida, manifestou-se
584 conselheiro não identificado nominalmente na transcrição, dirigindo-se à Sra. Secretária



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

585 e à Presidente do colegiado, alertando para o esvaziamento progressivo da reunião e,
586 diante disso, apresentou proposta de encaminhamento com o objetivo de garantir
587 celeridade ao processo; destacou que, no que se refere aos movimentos sociais e
588 associações comunitárias, é necessário ter clareza de que o número de vagas é reduzido
589 e que o desafio está no trabalho exigido, mais do que em qualquer reconhecimento
590 institucional; alertou que o curto prazo e a ausência de subcomissões dificultam ainda
591 mais a tarefa, considerando também a necessidade de aprovação do regimento interno;
592 propôs que seja estabelecido um prazo exíguo, de cinco dias, para que as entidades
593 representadas no artigo 14 do decreto realizem suas indicações; sugeriu ainda que uma
594 nova reunião seja agendada desde já, para que os conselheiros saiam notificados e
595 intimados, permitindo maior organização e agilidade; defendeu que, na ausência de
596 preenchimento de todas as vagas até a próxima reunião, esta possa deliberar sobre
597 eventuais suplementações; ressaltou a necessidade de discutir a forma de indicação no
598 caso das associações e movimentos, questionando se será possível indicar
599 representantes externos ao CMPU; argumentou que, diante da sobrecarga de
600 conselheiros que já atuam em outros colegiados, seria viável e mais eficiente permitir
601 que as entidades indiquem pessoas de fora, desde que com a chancela do CMPU; citou
602 o exemplo de práticas semelhantes adotadas em Grupos de Trabalho do CMH, nas quais
603 representantes de associações indicam membros externos a partir de deliberação
604 interna; concluiu agradecendo, reiterando a necessidade de flexibilidade nas indicações
605 para garantir um processo mais efetivo; em sequência, com a palavra, a Presidente, Sra.
606 Elisabete França, destacou que as atribuições da Comissão Organizadora são numerosas
607 e complexas; lembrou a proposta de realização de assembleia apresentada
608 anteriormente e ponderou que, caso não haja consenso, esta não poderá ser
609 considerada como encaminhamento; mencionou sugestão prática apresentada por um
610 dos conselheiros e propôs sua adoção, caso haja concordância por parte dos demais
611 membros; sugeriu que, diante da proposta, seja agendada a próxima reunião da
612 Comissão Organizadora já para a semana seguinte, contemplando os prazos e
613 procedimentos mencionados; indicou que as entidades que não apresentarem seus
614 representantes no prazo de cinco dias terão suas vagas discutidas em reunião, com
615 possibilidade de complementação; reforçou que as indicações poderão ser feitas tanto
616 por representantes do CMPU quanto por outros membros indicados pelas entidades,
617 desde que estejam dispostos a se engajar efetivamente nos trabalhos da comissão; por
618 fim, dirigiu-se à conselheira Alice, solicitando que, caso estivesse de acordo, contribuísse
619 para a construção de um consenso com os demais conselheiros, reforçando a
620 importância da colaboração para o avanço dos trabalhos; em seguida, foi levantado
621 questionamento quanto à possibilidade de participação, na Comissão Organizadora, de
622 pessoas vinculadas a conselhos que não se enquadram nas categorias previstas no rol
623 estabelecido, sugerindo-se que tais pessoas possam atuar como observadores ou
624 observadoras; além disso, foi apontada dúvida sobre os critérios para indicações por
625 parte das entidades, como a UMM, questionando-se se estas poderiam indicar
626 livremente qualquer conselheiro, ou se estariam restritas a indicar representantes



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

627 dentre seus próprios pares; esclareceu-se que as indicações devem ocorrer entre
628 membros da própria entidade ou segmento, não se tratando de uma escolha aleatória de
629 qualquer membro de outro conselho, como o CPM, mas sim de uma representação
630 legitimada internamente; em resposta, a Sra. Patrícia Saran reconheceu que, em
631 diversos casos, conselheiros participativos também atuam como militantes em outras
632 entidades ou segmentos representados na portaria, ainda que tal vínculo não conste
633 formalmente; ressaltou que, diante disso, seria pertinente permitir que aqueles
634 interessados em acompanhar os trabalhos da Comissão Organizadora o façam na
635 condição de ouvintes; informou que a comissão estadual já adotou prática semelhante,
636 mas alertou para a necessidade de cuidado quanto ao número de conselheiros ouvintes,
637 a fim de não comprometer a operacionalização das atividades da comissão; reiterou que
638 muitos conselheiros participativos mantêm vínculos com entidades e associações
639 pertencentes a segmentos formalmente reconhecidos; por fim, destacou que, ao se
640 optar pela realização de reunião do CMPU em vez de assembleia, a mobilização ampla
641 poderá ser direcionada à realização da conferência propriamente dita, momento em que
642 ocorrerá a indicação dos delegados, sendo esta a ocasião mais adequada para
643 convocação geral; em seguida, foi apresentada pergunta com o objetivo de esclarecer
644 dúvidas do colegiado, questionando se os integrantes da Comissão Organizadora
645 poderão ser eleitos como delegados para a conferência estadual; em resposta, a Sra.
646 Patrícia Saran esclareceu que a questão sobre a possibilidade de membros da Comissão
647 Organizadora serem eleitos delegados para a conferência estadual não está prevista
648 explicitamente em nenhum dispositivo conhecido até o momento; afirmou que,
649 pessoalmente, não vê impedimento quanto a isso, mas que o tema poderá ser melhor
650 analisado e respondido oportunamente, conforme eventuais orientações formais ou
651 interpretação jurídica; finalizou agradecendo e solicitando atenção dos presentes para a
652 continuidade dos trabalhos; por fim, com a palavra, a Presidente, Sra. Elisabete França,
653 informou que foi possível alcançar um consenso, agradecendo à conselheira que
654 colaborou com a proposta anteriormente apresentada; comunicou que será marcada,
655 para a semana seguinte, a primeira reunião da Comissão Organizadora, cuja data será
656 enviada a todos os conselheiros; esclareceu que os conselheiros poderão encaminhar os
657 nomes indicados no prazo de cinco dias, e que, caso restem vagas não preenchidas,
658 caberá à Comissão Organizadora, em sua reunião, deliberar sobre a forma de
659 preenchimento dessas vagas; reforçou que se trata de uma comissão voltada ao
660 trabalho, destacando que, por exemplo, o Sr. Benedito Roberto Barbosa (UMM),
661 representante do Movimento de Moradia 1, pode indicar outro nome para integrar a
662 comissão, considerando que a UMM representa uma rede de centenas de associações;
663 ressaltou que, a exemplo da UMM, outras entidades e universidades também poderão
664 indicar representantes a partir de consensos internos; enfatizou a complexidade das
665 tarefas a serem desenvolvidas pela comissão, que envolvem desde organização de
666 infraestrutura até condução de debates; finalizou reiterando que houve consenso e que
667 a data da próxima reunião será oportunamente encaminhada a todos, renovando o
668 agradecimento à conselheira pela contribuição prestada à construção da deliberação;



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

669 em seguida, a Sra. Patrícia Saran, solicitou esclarecimento quanto ao encaminhamento
670 acordado, questionando se, na próxima semana, haverá uma nova reunião do CMPU
671 para chancela dos nomes indicados, seguida da reunião da Comissão Organizadora, ou
672 se a chancela será feita por e-mail, com o encaminhamento direto à reunião da
673 comissão, entendendo que, neste último caso, a deliberação do CMPU teria sido
674 concluída ainda na presente reunião; em resposta, a Presidente, Sra. Elisabete França,
675 esclareceu que a presente reunião do CMPU já considerou a definição do formato da
676 Comissão Organizadora, respeitando as proporções estabelecidas; informou que as
677 indicações de nomes, feitas agora ou no prazo de cinco dias, serão consideradas válidas
678 para composição inicial; confirmou que a primeira reunião da Comissão Organizadora
679 será realizada na próxima semana, com participação de todos os representantes já
680 indicados até o momento; acrescentou que, caso haja vagas remanescentes, caberá à
681 própria Comissão Organizadora deliberar sobre o preenchimento desses espaços,
682 conforme as diretrizes acordadas; em seguida, com a palavra, a Conselheira Titular dos
683 Movimentos Ambientistas 1, Sra. Eloise Torres Amado (CBCS), solicitou
684 esclarecimento quanto à sua participação na Comissão Organizadora, questionando se,
685 apesar de sua condição de conselheira pelo CBCS, não poderá votar por não estar
686 vinculada a uma das categorias com representação formal prevista; ponderou, ainda,
687 que, diante da ausência de representantes a indicar por sua entidade, poderia apenas se
688 inscrever como ouvinte, participando sem direito a voto e sem realizar indicações; em
689 resposta, a Sra. Patrícia Saran esclareceu que, neste momento, a conselheira não poderá
690 atuar como votante, uma vez que a comissão ainda não foi formalmente instaurada e
691 que a participação, nesse caso, poderá ocorrer na condição de ouvinte; sugeriu que a
692 conselheira compareça como ouvinte, considerando que os trabalhos da comissão terão
693 início já na próxima reunião; destacou a importância de os segmentos observarem os
694 quantitativos previstos, lembrando que há previsão de titulares e suplentes; mencionou
695 que o Sr. Della Manna já indicou dois nomes, mas que o setor em questão requer quatro
696 representantes; apontou que os movimentos sociais também devem indicar sete
697 representantes e sete suplentes, recomendando que se respeite esse número para
698 evitar conflitos com excesso de indicações; concluiu informando que, na próxima
699 semana, terão início efetivo os trabalhos da Comissão Organizadora, com os nomes
700 enviados, e que a primeira tarefa será a validação do regimento interno; em seguida,
701 com a palavra, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, informou que,
702 por se tratar também de responsabilidade da Secretaria Executiva organizar os
703 encaminhamentos, buscaria sistematizar o que foi acordado; esclareceu que foi enviado
704 previamente aos conselheiros um documento de dois minutos de resolução para
705 orientação sobre a deliberação desta reunião, especialmente no que dizia respeito à
706 escolha entre assembleia ou reunião do CMPU para definição das indicações; informou
707 que, conforme consenso estabelecido ao final da reunião, optou-se por reunião do
708 CMPU como instância para formalização das indicações, e que o envio dos nomes será
709 realizado por e-mail, respeitando a proporcionalidade definida previamente; reforçou,
710 conforme também mencionado pela Presidente, Sra. Elisabete França, e pela Sra.



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

711 Patrícia Saran, que as indicações devem ser consensuadas entre os pares e conforme os
712 critérios estabelecidos pela portaria do Ministério das Cidades; solicitou que os nomes
713 sejam encaminhados dentro do limite estipulado para cada segmento, a fim de evitar
714 excedentes; informou que foi solicitado à Sra. Maria a exibição de uma tabela que reúne
715 os segmentos previstos na portaria ministerial e sua correspondência com a composição
716 do CMPU; exemplificou com o segmento dos movimentos populares, que deve indicar
717 sete titulares e sete suplentes, totalizando quatorze representantes, embora o CMPU
718 conte atualmente com dezesseis representantes desse segmento; reiterou que,
719 portanto, devem ser encaminhados exatamente os quatorze nomes, devidamente
720 identificados como titular ou suplente, evitando que a Secretaria Executiva precise
721 realizar classificações posteriormente; finalizou reafirmando que aqueles que não
722 pertençam a segmentos formalmente previstos na portaria, como no caso da
723 conselheira Sra. Eloise Torres Amado (CBCS), poderão participar como ouvintes ou
724 observadores, conforme acharem mais adequado; em seguida, foi apresentado
725 questionamento quanto à aplicabilidade da paridade de gênero na composição da
726 Comissão Organizadora, indagando se tal critério estaria sendo considerado como
727 obrigatório ou normativo para a formação dos representantes indicados; em resposta, a
728 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu que a exigência de
729 paridade de gênero não está prevista de forma específica na portaria nem na
730 regulamentação relativa à formação de delegados, conforme verificado nos textos
731 oficiais até o momento; afirmou que a paridade é desejável e recomendável, porém não
732 constitui requisito obrigatório segundo os normativos analisados; em seguida, foi
733 levantada por Conselheiro não identificado a questão acerca da possibilidade de o
734 Poder Público abdicar de uma de suas indicações à Comissão de Organização, com o
735 objetivo de ampliar a representação dos movimentos populares, à semelhança do
736 ocorrido em instâncias estaduais, nas quais o Estado cedeu indicações a esses
737 segmentos e até à Assembleia Legislativa; na sequência, foi retomado o tema sob a
738 perspectiva de que, embora o assunto tenha sido inicialmente apresentado, não foi
739 novamente abordado diante do surgimento de outras pautas; foi considerado que a
740 estrutura administrativa já existente garantiria o suporte necessário à organização,
741 mesmo com a redução do número de representantes do Poder Público; ainda, foi
742 questionada a viabilidade de, conforme as normas do Ministério das Cidades, a
743 Secretaria responsável ceder uma das 11 vagas, reduzindo para 10, a fim de permitir
744 maior participação da sociedade civil, sendo aventada a hipótese de o próprio governo
745 realizar tal indicação, como feito anteriormente no Estado com a designação de servidor
746 público; em sequência, a Sra. Jéssica, Arquiteta da Subprefeitura, manifestou dúvida
747 quanto à manutenção da subdivisão atual do Poder Público na composição da Comissão
748 Organizadora, questionando se, a exemplo de sua atuação na Subprefeitura Centro, a
749 referida subprefeitura também contaria com representante titular e suplente na
750 comissão; indagou, ainda, sobre os procedimentos adequados para encaminhar a
751 indicação da representação ao setor competente; em sequência, a Sra. Patrícia Saran
752 esclareceu que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, por ser a



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

753 coordenadora do processo, será responsável pela divisão das indicações entre as
754 diversas Secretarias envolvidas, como a Secretaria de Governo e o Gabinete do Prefeito;
755 destacou que tal definição não necessariamente seguirá a lógica de macroáreas;
756 acrescentou que, para a conferência, é essencial a participação de todas as Secretarias,
757 devendo-se considerar a representatividade dos delegados, observando-se a
758 manutenção do percentual proporcional, mas com um volume maior de participantes;
759 com a palavra, o Conselheiro Suplente das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2, Sr.
760 Daniel Todtmann Montandon, UNINOVE, iniciou destacando que as reuniões resultam
761 em pronunciamentos, informações e resoluções; em sequência, sugeriu a realização de
762 uma nova reunião do cmpu na semana seguinte, com o intuito de formalizar, por meio
763 de resolução, a composição da comissão organizadora com os nomes indicados até
764 terça-feira; ressaltou a importância da formalização para dar respaldo ao processo, visto
765 que diversas questões poderão surgir posteriormente; com a palavra, reforçou que a
766 reunião do cmpu deveria deliberar sobre a formação da comissão organizadora,
767 precedendo a reunião da própria comissão, e pontuou que até o momento não houve
768 pronunciamentos ou resoluções aprovadas, apenas o registro em ata dos critérios para a
769 indicação dos membros; em seguida, propôs que, diante da possibilidade de estarem
770 todos presentes na próxima semana, a reunião do cmpu seja realizada para concluir a
771 deliberação e, somente após, ocorra a reunião da comissão; finalizou questionando se
772 seria possível realizar uma votação ainda na presente reunião; em seguida, com a
773 palavra, a Presidente, Arq. Elisabete França, destacou que, no entendimento da
774 presidência, não se trata de assembleia, mas de uma deliberação do conselho em
775 reunião, considerando as indicações feitas e observando a proporção estabelecida pelo
776 Ministério das Cidades; ressaltou que, inclusive, houve manifestação do representante
777 do Poder Público quanto à possibilidade de abrir mão de uma vaga para atender a
778 proporcionalidade; afirmou que a decisão do conselho quanto à formação da comissão
779 organizadora configura, portanto, uma resolução; prosseguiu esclarecendo que a
780 comissão deverá ser constituída conforme as proporções indicadas pelo Ministério, e
781 que os representantes poderão indicar seus nomes desde já ou, alternativamente, enviá-
782 los por e-mail no prazo de até cinco dias; concluiu indicando que a comissão já deverá
783 se organizar a partir da próxima semana, reiterando que tal encaminhamento deve ser
784 compreendido como uma resolução; na sequência, com a palavra, o Conselheiro
785 Suplente das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2, Sr. Daniel Todtmann Montandon,
786 UNINOVE, pontuou que a resolução mencionada anteriormente ainda não havia sido
787 votada, reconhecendo que o debate se estendeu em virtude do encerramento iminente
788 da reunião; em réplica, afirmou que, portanto, a proposta deverá ser submetida à
789 votação, reiterando a necessidade de que o texto da resolução seja formalmente
790 apreciado pelo plenário; em seguida, com a palavra, a Secretária Executiva, Sra. Talita
791 Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu que, até o momento, houve apenas uma pré-
792 definição de que a deliberação ocorrerá em reunião do cmpu, podendo ser nesta ou na
793 próxima, sendo mantida a possibilidade de indicações posteriores; afirmou que a
794 próxima reunião já deverá ser da comissão organizadora; acrescentou que a proposta de



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

795 resolução apresentada dispõe que o cmpu, nesta reunião, delibera pela convocação da
796 8ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo; prosseguiu explicando que as duas
797 versões da proposta de resolução trazidas são equivalentes nesse aspecto, e mencionou
798 ainda a existência de uma terceira versão, contemplando a possibilidade de deliberação
799 nesta mesma reunião, caso os nomes fossem definidos; utilizou-a como exemplo para
800 destacar o artigo primeiro, no qual se estabelece que o cmpu resolve convocar a 8ª
801 Conferência Municipal da Cidade de São Paulo e definir os procedimentos e critérios
802 para indicação dos membros da comissão organizadora da etapa municipal; por fim,
803 reforçou que a proposta ainda não foi formalmente colocada em deliberação e que a
804 intenção naquele momento era acertar os termos do texto antes de submetê-lo à
805 votação, momento a partir do qual será produzido o ato formal do conselho; em
806 sequência, com a palavra, o Conselheiro titular da Associação de Bairro 4, sr. José André
807 de Araujo, UMPMA, solicitou esclarecimento sobre a proposta por ele anteriormente
808 apresentada, reconhecendo que pode não ter sido suficientemente claro; afirmou que,
809 em sua tese, compete ao CMPU a indicação da Comissão Organizadora, e por essa
810 razão propôs que seja marcada uma reunião extraordinária do Conselho; justificou que,
811 caso restem vagas não preenchidas, o CMPU poderá, nesta futura reunião, recepcionar
812 as indicações e deliberar sobre as remanescentes; ressaltou que tal reunião deverá ter
813 caráter definitivo para formalização das nomeações e da posse da Comissão
814 Organizadora; argumentou que a comissão ainda não pode ser considerada formada até
815 sua homologação pelo CMPU, e que não há como prever o resultado das indicações;
816 apelou à Presidente para que a urgência dos prazos não comprometa o processo,
817 defendendo que a reunião extraordinária seja presencial, após o encerramento do prazo
818 para envio das indicações, de modo a permitir a deliberação sobre os casos omissos e
819 assegurar que todas as definições passem pela instância competente do colegiado;
820 finalizou, esclarecendo que sua proposta visa assegurar a legalidade e a razoabilidade do
821 procedimento; em seguida, com a palavra, a secretária executiva, sra. Talita Veiga
822 Cavallari Fonseca, manifestou concordância com a proposta apresentada pelo
823 conselheiro titular da Associação de Bairro 4, sr. José André de Araujo, UMPMA, e com
824 as observações feitas pelo conselheiro suplente das Entidades Acadêmicas e de
825 Pesquisa 2, sr. Daniel Todtmann Montandon, UNINOVE; afirmou que, conforme minuta
826 de resolução previamente encaminhada aos conselheiros, o CMPU delibera, nesta
827 reunião, pela convocação da 8ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, ficando
828 estabelecido que a formação da Comissão Organizadora se dará em reunião do CMPU;
829 propôs que seja colocada em deliberação a definição do prazo mínimo para convocação
830 da referida reunião extraordinária, a qual, respeitado o intervalo de cinco dias, poderá
831 ocorrer no dia 22 de abril; em sequência, procedeu à leitura dos parágrafos constantes
832 da minuta, destacando o parágrafo primeiro, que dispõe que os conselheiros da
833 sociedade civil serão os representantes da Comissão Organizadora, indicados por seus
834 pares, conforme o artigo 43 da Portaria Federal MC nº 175; na sequência, leu o
835 parágrafo segundo, esclarecendo que, na hipótese de algum segmento previsto no
836 artigo 43 não possuir representantes no CMPU aptos à indicação, as vagas faltantes



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

837 poderão ser preenchidas por pessoas físicas pertencentes ao respectivo segmento,
838 mediante indicação do CMPU, mesmo que não sejam conselheiros; em sequência, com a
839 palavra, a sra. Patricia Saran dirigiu-se à secretária executiva, sra. Talita Veiga Cavallari
840 Fonseca, propondo ajustes no texto da minuta de resolução; inicialmente, sugeriu
841 esclarecimento no parágrafo primeiro, apontando que o texto deveria prever que os
842 conselheiros poderão indicar representantes para compor a Comissão Organizadora, e
843 não que necessariamente os próprios conselheiros ocuparão tais posições; sugeriu ainda
844 a inclusão de um parágrafo terceiro, com base na Portaria do Estado, tratando das vagas
845 remanescentes; prosseguiu propondo que a reunião da Comissão Organizadora seja
846 realizada de forma presencial, seguida imediatamente pela reunião do CMPU no mesmo
847 dia, com o objetivo de aprovar o regimento interno, considerando inviável a realização
848 de outro encontro em data distinta para esse fim; sugeriu que, após essa etapa, seja
849 avaliado se as reuniões seguintes serão presenciais ou virtuais, conforme a pauta a ser
850 tratada; ponderou ainda que os grupos e subgrupos eventualmente constituídos
851 poderão realizar suas discussões de forma virtual, conforme decisão da comissão; por
852 fim, propôs a inclusão de um parágrafo quarto na minuta, prevendo que, uma vez
853 formada a Comissão Organizadora, os trabalhos seguirão com a mesma para a
854 aprovação do regimento interno, reafirmando que a data prevista para a reunião é 22 de
855 abril; em seguida, com a palavra, a secretária executiva, sra. Talita Veiga Cavallari
856 Fonseca, esclareceu ao conselheiro suplente das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2,
857 sr. Daniel Todtmann Montandon, UNINOVE, que o prazo mínimo legal para convocação
858 de reunião extraordinária é de cinco dias, não sendo possível, inclusive por parte do
859 CMPU, convocá-la fora desse intervalo; informou que, portanto, a próxima reunião do
860 conselho somente poderá ocorrer no dia 22 de abril, respeitado o prazo regimental;
861 exemplificou que, para uma reunião realizada em uma quinta-feira, a convocação
862 deveria ter ocorrido na segunda ou terça-feira daquela mesma semana; em sequência,
863 propôs a reformulação do parágrafo primeiro da minuta de resolução, para constar que
864 os conselheiros da sociedade civil indicarão os representantes da Comissão
865 Organizadora, por meio de seus pares, conforme o artigo 43 da Portaria MC nº 175,
866 assegurando a representação dos segmentos estabelecidos; prosseguiu com a leitura do
867 parágrafo segundo, que prevê que, na hipótese de inexistência de representantes de
868 determinado segmento, as vagas faltantes poderão ser preenchidas por pessoas físicas
869 pertencentes ao referido segmento, mediante indicação do CMPU, ainda que não sejam
870 conselheiros; contudo, considerou que o conteúdo deste parágrafo ficou redundante
871 em relação ao parágrafo primeiro, uma vez que, se o CMPU já possui a prerrogativa de
872 indicar representantes externos, tal repetição se torna desnecessária; complementou
873 que a nova redação deve seguir em acordo com o parágrafo segundo do artigo 46 da
874 Portaria MC, e apresentou o parágrafo terceiro, recém-incluído, o qual dispõe que, caso
875 algum segmento não tenha integrantes suficientes para preencher todas as vagas
876 previstas, a Comissão Organizadora, após sua instalação, poderá prever formas de
877 suplementação das representações; com a palavra, o Suplente das Entidades
878 Acadêmicas e de Pesquisa 2, Sr. Daniel Todtmann Montandon (UNINOVE), pontuou que



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

879 a ausência de indicação de representantes por parte de determinados segmentos não
880 necessariamente implicaria na inexistência de integrantes, dado que tais indicações
881 poderiam eventualmente ser realizadas em momento posterior; em réplica, destacou
882 que, inclusive, há casos nos quais já existem membros aptos, a depender da
883 universidade ou instituição representada; em seguida, exemplificou mencionando que,
884 no caso específico das universidades, não há garantia de que todas estejam
885 integralmente representadas; em sequência, com a palavra o Titular da Associação de
886 Bairro 4, Sr. José André de Araujo (UMPMA), considerou pertinente a inclusão da
887 seguinte redação: “no caso de não indicação, poderá ser feita substituição na forma do
888 artigo 46, §2º”; justificou que, conforme o texto atual, há a possibilidade de se
889 interpretar que a ausência de indicação resultaria na ausência de representação no
890 CMPU; destacou que essa não é a intenção do dispositivo, uma vez que pode haver
891 representação, mesmo que a entidade tenha se omitido quanto à formalização da
892 indicação; com a palavra ainda, sugeriu que, em caso de omissão, o CMPU poderia
893 deliberar sobre uma substituição; exemplificou mencionando categorias como sindicatos
894 que integram o CMPU, os quais, eventualmente, podem não realizar a devida indicação,
895 sendo, portanto, cabível que o plenário do Conselho delibere sobre a designação de
896 representante; em seguida, com a palavra, a Sra. Patricia Saran manifestou preocupação
897 quanto à possibilidade de que o retorno da decisão ao plenário possa retardar os
898 trabalhos do Conselho; argumentou que, caso a comissão já esteja devidamente
899 instalada, seria mais eficiente que ela própria pudesse realizar o remanejamento ou
900 acolher a indicação necessária; acrescentou que, a seu ver, essa medida evitaria
901 eventuais atrasos no andamento das atividades; com a palavra novamente, o Titular da
902 Associação de Bairro 4, Sr. José André de Araujo (UMPMA), reforçou a necessidade de
903 se estabelecer um prazo peremptório de cinco dias para a indicação; explicou que,
904 ultrapassado esse prazo, a indicação seria considerada intempestiva, devendo, portanto,
905 a questão retornar ao plenário, que deliberaria, na reunião subsequente, sobre a forma
906 de substituição; concluiu ressaltando que o texto está claro ao prever que os casos
907 omissos serão solucionados pelo plenário do CMPU; em seguida, com a palavra, a
908 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, dirigiu-se ao Sr. José André,
909 observando que a sugestão apresentada implicaria em ajuste no texto do regulamento;
910 esclareceu que a alteração proposta se referia, na verdade, ao §3º, e não ao §2º,
911 conforme mencionado anteriormente, uma vez que o texto trata da situação em que
912 determinado segmento não indica representantes suficientes; em sequência, ponderou
913 sobre a contagem do prazo de cinco dias a partir da presente data, e apontou a
914 existência de um entrave relacionado à definição dos pares, ressaltando que essa é
915 justamente a razão pela qual a proposta prevê que a responsabilidade recaia sobre a
916 comissão organizadora; destacou que, na ausência dos pares definidos no âmbito do
917 CMPU, não seria viável proceder com a indicação por parte do plenário; concluiu
918 mencionando que havia consenso quanto à existência desse impasse; em sequência,
919 com a palavra o Suplente das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2, Sr. Daniel
920 Todtmann Montandon (UNINOVE), questionou quanto à dinâmica do processo



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

921 decisório, observando que o grupo não se reuniria no dia 22, o que inviabilizaria a
922 deliberação sobre o tema naquela data; complementou indagando se as vagas
923 mencionadas não seriam, de fato, indicadas durante a referida reunião; em réplica, a
924 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, confirmou que a deliberação
925 ocorrerá no dia 22; esclareceu, contudo, que as indicações deverão ser encaminhadas
926 previamente, dentro do prazo de cinco dias acordado, sendo que, na reunião do dia 22,
927 o plenário apenas deliberará sobre tais indicações já recebidas, conforme definido no
928 presente encontro; em seguida, com a palavra, a Sra. Patricia Saran argumentou que,
929 caso as indicações estejam previstas para ocorrer no âmbito da reunião do CMPU, não
930 faria sentido que fossem realizadas antecipadamente; mencionou que, conforme
931 estabelecido pela Portaria do Estado, os segmentos que não foram completados na
932 assembleia ou que ainda não contam com representantes poderiam ser revistos e
933 reindicados pela comissão organizadora; ressaltou que tal entendimento foi
934 consensualmente aceito pelos presentes, sendo essa a referência acordada para o
935 procedimento em questão, ainda que reconhecesse que a proposta apresentada
936 anteriormente não refletia exatamente esse encaminhamento.

937

938 em resposta, com a palavra, o Titular da Associação de Bairro 4, Sr. José André de
939 Araujo (UMPMA), esclareceu que a divergência residia na interpretação do artigo da
940 portaria citada; destacou que o artigo 3º estabelece que, caso algum segmento não
941 possua integrantes suficientes para preencher todas as vagas previstas, caberá à
942 comissão organizadora, após sua instalação, prever formas de suplementação da
943 representação; reforçou que, segundo a literalidade da portaria, tal suplementação
944 deverá ocorrer na instância da comissão organizadora, e não mais no âmbito do CMPU;
945 em seguida, com a palavra, a Sra. Sec. Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca,
946 esclareceu, a título de exemplo, que no caso das entidades sindicais ausentes na
947 presente reunião, estas somente tomarão ciência da resolução aprovada após sua
948 publicação e envio por correio eletrônico; prosseguiu, informando que, caso não haja
949 indicação de representantes por seus pares na reunião do dia vinte e dois, caberá à
950 comissão organizadora, após sua instalação, a definição dos nomes indicados,
951 esclarecendo que tal atribuição não compete ao CMPU; em sequência, com a palavra, o
952 Conselheiro titular da Associação de Bairro 4, Sr. José André de Araujo (UMPMA),
953 destacou que, anteriormente à atuação da comissão organizadora, é necessário
954 considerar também a convocatória da Conferência Municipal, ressaltando a importância
955 de uma análise conjunta das etapas do processo; apontou que, em assembleias, existe
956 um momento específico destinado à apresentação de propostas, sendo inadequado
957 propor alterações após esse momento, pois as proposições já foram debatidas e
958 encaminhadas; utilizou como analogia a dificuldade de ajustar o querosene de um avião
959 em pleno voo para ilustrar os desafios de mudanças no curso do processo; reiterou que
960 sua proposta original visava dar centralidade ao Conselho das Cidades, especificamente
961 ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da cidade de São Paulo;



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

argumentou que os representantes sindicais ausentes na reunião não tiveram ciência das decisões tomadas; em seguida, mencionou a necessidade de uma leitura sistemática do artigo 46, §2º, que, segundo o Conselheiro, fornece uma melhor fundamentação; destacou a importância da atuação do CMPU como instância mais ampla e representativa, com o objetivo de promover uma composição que não exclua nenhum segmento; considerou que a comissão organizadora, por ser um grupo menor, poderia gerar questionamentos ainda maiores quanto à legitimidade das decisões; defendeu, portanto, que o CMPU, enquanto colegiado mais amplo, seja o responsável por decidir as vagas remanescentes, e não apenas a comissão organizadora; reforçou que, desde a apresentação de sua proposta, sempre indicou o CMPU como instância de decisão, jamais mencionando a comissão organizadora, tendo sua proposta sido votada e acolhida por consenso; concluiu, solicitando que aqueles que eventualmente se sintam contrariados com a proposta acatem sua decisão, salientando que novas propostas apresentadas intempestivamente comprometem o processo deliberativo; agradeceu a atenção dos presentes; em seguida, com a palavra, o Conselheiro suplente das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2, Sr. Daniel Todtmann Montandon (UNINOVE), questionou sobre a destinação da próxima reunião do CMPU, prevista para o dia vinte e dois, confirmando que será dedicada à composição da comissão organizadora; prosseguiu, afirmando compreender que os nomes deverão ser indicados no prazo de cinco dias, e que a Secretaria Executiva do CMPU ficará responsável por sistematizar os nomes recebidos em uma minuta de resolução a ser discutida na referida reunião; manifestou sua percepção de que o colegiado terá condições de esgotar a composição da comissão durante a reunião; em referência à fala do Conselheiro José André, considerou pouco provável a permanência de vagas remanescentes, tendo em vista o esforço coletivo despendido na articulação da comissão; sugeriu, no entanto, que seja prevista certa flexibilidade, admitindo a possibilidade de que o próprio CMPU possa indicar representantes caso sobrem vagas, por se tratar de deliberação a ser tomada em reunião futura; ponderou que esse entendimento contribuiria para evitar contradições e garantir razoabilidade ao processo, dado que o plenário estará reunido e, portanto, apto a deliberar; ressaltou que essa definição deve constar de forma clara nas comunicações e encaminhamentos oficiais da reunião, inclusive nos e-mails enviados posteriormente, a fim de garantir a transparência do processo e assegurar que todos os segmentos compreendam que aqueles não presentes na reunião não participarão da deliberação sobre a composição da comissão; concluiu enfatizando a importância de reforçar essas informações junto aos respectivos segmentos; na sequência, com a palavra, a Sra. Patricia Saran esclareceu que a reunião do CMPU do dia vinte e dois não será postergada; explicou que o prazo de cinco dias estipulado tem como finalidade permitir a organização e sistematização dos dados pela Secretaria Executiva para que estejam disponíveis na referida reunião; complementou que, caso haja alguma sugestão adicional no dia e esta seja aprovada pelo colegiado, não vê impedimentos, reforçando que a flexibilidade nesse processo é importante; contudo, alertou que, se não houver consenso ou se a composição da comissão não for finalizada durante a reunião, será



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1004 necessário convocar nova reunião do CMPU para definição das indicações, o que
1005 comprometeria a realização da Conferência Municipal; em sequência, com a palavra, a
1006 Sra. Sec. Executivo, Talita Veiga Cavallari Fonseca, ponderou que o parágrafo terceiro
1007 da proposta de redação poderia ser mantido apenas para tratar da possibilidade de não
1008 se alcançar a formação da comissão no dia vinte e dois; questionou ao Conselheiro José
1009 André se tal parágrafo deveria ser suprimido; esclareceu, então, que, conforme previsto
1010 na própria portaria estadual – corrigindo a referência anteriormente mencionada como
1011 federal –, caso não se conclua a deliberação no âmbito do CMPU, a responsabilidade
1012 pela definição recairá sobre a comissão organizadora, não havendo outra alternativa;
1013 dessa forma, sugeriu a exclusão do parágrafo terceiro; em seguida, retomou o ajuste da
1014 redação da proposta, indicando que é necessário constar que as indicações deverão ser
1015 realizadas até cinco dias a partir do dia seguinte, preferencialmente por e-mail; após
1016 contagem dos prazos, definiu-se o dia dezesseis como data limite; finalizou, registrando
1017 que ficou acordado que os conselheiros da sociedade civil indicarão os representantes
1018 da comissão organizadora, por meio de seus respectivos segmentos, conforme artigo
1019 43, até o dia 16, via e-mail do CMPU, e que a comissão será formada na reunião do dia
1020 22; em seguida, com a palavra, o Conselheiro suplente das Entidades Acadêmicas e de
1021 Pesquisa 2, Sr. Daniel Todtmann Montandon (UNINOVE), propôs ajuste à redação do
1022 parágrafo segundo, argumentando que não há possibilidade de um segmento não
1023 possuir representante no CMPU, podendo eventualmente ocorrer de determinada
1024 entidade não estar representada; ressaltou que todos os segmentos possuem
1025 representação no colegiado; sugeriu, portanto, que a redação seja modificada para
1026 refletir a situação em que um segmento não tenha indicado representante para a
1027 comissão organizadora, e não a ausência de representante no CMPU; concluiu
1028 indicando que a expressão adequada seria “não indicar representantes”, reforçando que
1029 todos os segmentos estão representados no Conselho; em sequência, com a palavra, a
1030 Sra. Sec. Executivo, Talita Veiga Cavallari Fonseca, propôs que constasse na redação que as
1031 indicações deverão ser consensuadas na reunião referida, reiterando que as atribuições da
1032 comissão organizadora já estão previstas na portaria, conforme leitura anterior realizada pela
1033 Sra. Patricia Saran; mencionou a distribuição das vagas nos seguintes termos: sete, dois, dois,
1034 dois e um; prosseguiu, informando que os representantes e seus respectivos suplentes serão
1035 formalmente designados por portaria, após a definição dos integrantes da comissão
1036 organizadora; avaliou que o trecho que menciona a continuidade dos trabalhos de propositura
1037 poderia ser excluído, uma vez que a reunião será do CMPU e não da comissão organizadora,
1038 esclarecendo, no entanto, que a reunião da comissão ocorrerá no mesmo dia; por fim, indicou
1039 que a resolução interna entrará em vigor na data de sua publicação e iniciou o procedimento
1040 de deliberação, solicitando a atenção de todos os presentes; em regime de deliberação,
1041 registraram-se votos favoráveis das seguintes representações: Sra. Rosane Cristina Gomes,
1042 SMUL1, Titular, favorável; Sra. Heliana Lombardi Artigiane, SMUL2, Titular, favorável; Sra.
1043 Beatriz Bruno Mendes, SMUL3, Titular, favorável; Sra. Regina Maria Silverio, SG, Suplente,
1044 favorável; Sra. Maria Lucia Palma Latorre, SMJ, Suplente, favorável; Sr. Vinicius Pedron
1045 Macário, SF, Suplente, favorável; Sra. Michele Perea Cavinato, SMT, Suplente, favorável; Sra.



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1046 Tamires Carla de Oliveira, SVMA, Suplente, favorável; Sra. Adriellis Gonçalves, SMIT, Suplente,
1047 favorável; Sr. Guilherme Henrique Fatorelli Del'Arco, SP-URBANISMO, Titular, favorável; Sr.
1048 Henrique Lopes Peres, COHAB, Suplente, favorável; Sra. Jéssica Fernanda Ruy,
1049 SUBPREFEITURAS MACRORREGIÃO CENTRO, Suplente, favorável; Sr. João Paulo Lo Prete,
1050 SUBPREFEITURAS MACRORREGIÃO SUL 2, Titular, favorável; Sra. Aytalane Sales de Souza,
1051 CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 1, Suplente, favorável; Sr.
1052 Francisco João Moreirão de Magalhães, CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL
1053 MACRORREGIÃO NORTE 2, Titular, favorável; Sra. Ana Paula Lima, CONSELHO PARTICIPATIVO
1054 MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE, Titular, favorável; Sr. Durval Tabach, CONSELHO
1055 PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1, Titular, favorável; Sr. Angeli Franco Nobre,
1056 CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2, Titular, favorável; Sr. Benedito
1057 Roberto Barbosa (UMM), MOVIMENTO DE MORADIA 1, Titular, favorável; Sra. Severina Ramos
1058 do Amaral da Silva (UMM), MOVIMENTO DE MORADIA 2, Titular, favorável; Sra. Renata
1059 Esteves de Almeida Andretto (ASSAMPALBA), ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2, Titular, favorável; Sr.
1060 José André de Araujo (UMPMA), ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4, Titular, favorável; Sra. Maria Elisa
1061 do Nascimento (DiverCidades), ONG, Suplente, favorável; Sr. Daniel Todtmann Montandon
1062 (UNINOVE), ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA 2, Suplente, favorável; Sra. Eloise Torres
1063 Amado (CBCS), MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1, Titular, favorável; Sra. Itair Souza Andrade
1064 (Salvação em Cristo), ENTIDADES RELIGIOSAS, Suplente, favorável; em seguida, com a palavra,
1065 a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, agradeceu a presença de todos; informou
1066 que a Secretaria Executiva organizará e encaminhará os e-mails, realizará a publicação da
1067 resolução e enviará toda a documentação aos conselheiros de forma adequada; concluiu
1068 anunciando que a próxima reunião ocorrerá no dia 22, às 14h, no mesmo local, e passou a
1069 palavra à Presidência; em seguida, após a leitura e os debates acerca da minuta de resolução
1070 referente ao item 5 da pauta, o plenário deliberou favoravelmente, por unanimidade, pela
1071 aprovação da Resolução SMUL.ATECC.CMPU/005/2024, com sugestões; não havendo mais
1072 assuntos a serem tratados, a Presidente suplente fez suas considerações finais, agradeceu a
1073 participação do colegiado e encerrou a reunião às 17h08min.

PRESIDÊNCIA

ELISABETE FRANÇA

PRESIDENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

TALITA CAVALARI VEIGA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ
PRESIDENTE SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

JACQUES FELIPE IATCHUK VIEIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

BEATRIZ BRUNO MENDES
TITULAR

SECRETARIA DE GOVERNO – SG

REGINA MARIA SILVERIO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

MARIA LUCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA DE FINANÇAS – SF

VINICIUS PEDRON MACÁRIO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELE PEREA CAVINATO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT

ADRIELLIS GONÇALVES

SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO - SP-URBANISMO

GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO

TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO – COHAB

HENRIQUE LOPES PERES

SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL

MACRORREGIÃO CENTRO

JÉSSICA FERNANDA RUYSUPLENTE
SUPLENTE

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 1

AYTALANE SALES DE SOUZA
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

ANA PAULA LIMA
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILIPPINI
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 2

JOSÉ ZILDO DE ALMEIDA SILVA

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2

ANGELI FRANCO NOBRE

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 1

BENEDITO ROBERTO BARBOSA (UMM)

TITULAR

MARILENE RIBEIRO DE SOUZA (UMM)

SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 2



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

SEVERINA RAMOS DO AMARAL DA SILVA (UMM)

TITULAR

JOSÉ DE JESUS FERREIRA DA SILVA (UMM)

SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 3

SIMONE SALLES DA SILVEIRA (UMM)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO (ASSAMPALBA)

TITULAR

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI (ASSAMPALBA)

SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4

JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO (UMPMA)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 3

DANIELA FERRARI TOSCANO DE BRITTO (SINDUSCON/SP)



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

EDUARDO DELLA MANNA (FECOMÉRCIO/SP)

SUPLENTE

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL – ONG

MARIA ELISA DO NASCIMENTO (DiverCidades)

SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA 2

DANIEL TODTMANN MONTANDON (UNINOVE)

SUPLENTE

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1

ELOISE TORRES AMADO (CBCS)

TITULAR

ENTIDADES RELIGIOSAS



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

SANDRA RAMALHOSO (MITRA)

TITULAR

ENTIDADES RELIGIOSAS

ITAIR SOUZA ANDRADE (Salvação em Cristo)

SUPLENTE

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

MARIANA OHIRA HASHIMOTO

SUPLENTE